

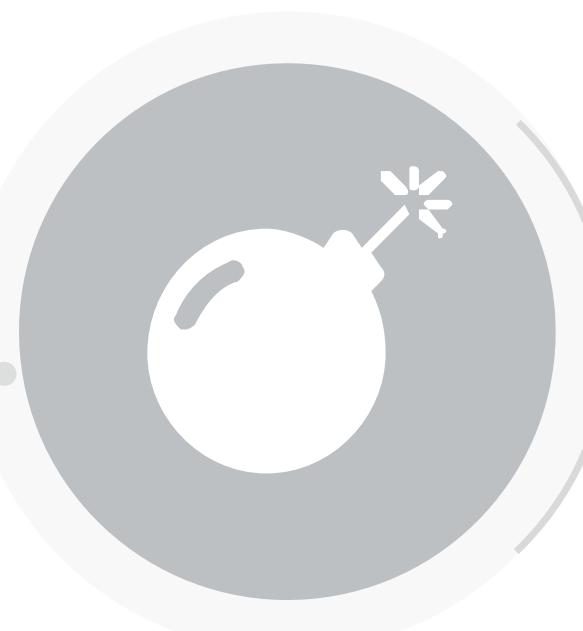
ITINERÁRIO DO DIA

TEMA #1



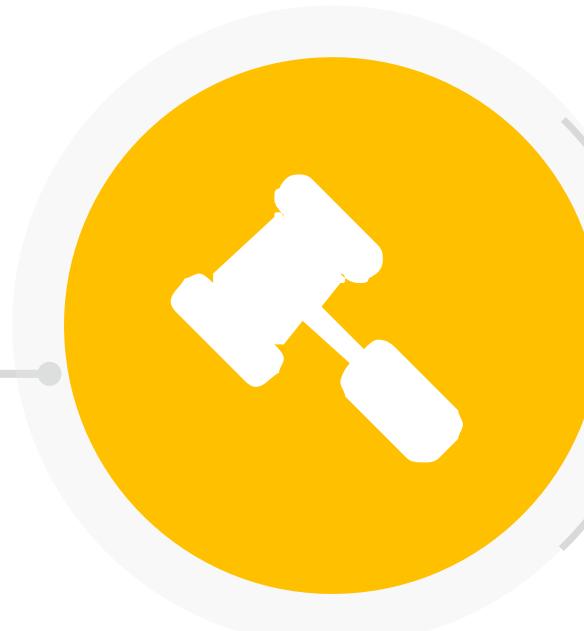
INTRODUÇÃO
E CONCEITOS

TEMA #2



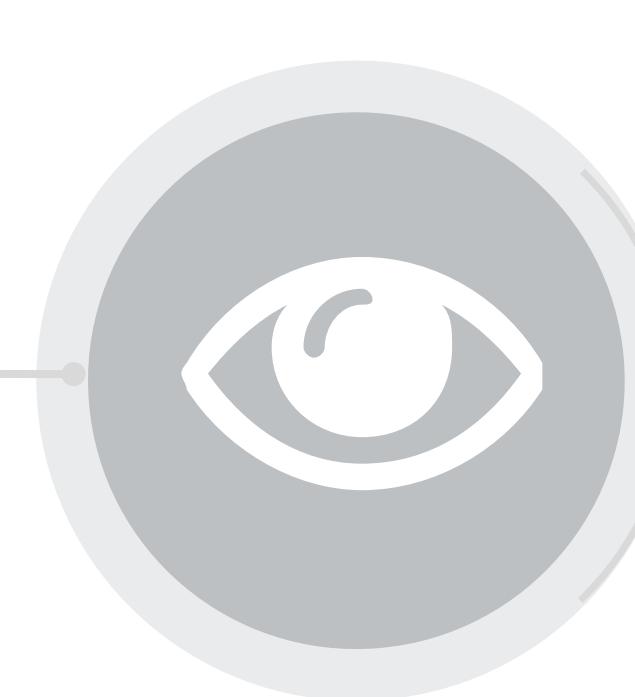
GESTÃO DE
CRISE

TEMA #3



COMBATE
JURÍDICO

TEMA #4



MONITORAMENTO

COMBATE JURÍDICO



- 3.1 *Crimes em ambientes virtuais*
- 3.2 *Procedimentos para defesa*
- 3.3 *Brechas na legislação e como mudar isso*

COMBATE JURÍDICO

3.1 *Crimes em ambientes virtuais*

3.2 *Procedimentos para defesa*

3.3 *Brechas na legislação e como mudar isso*

O QUE DIZ A LEI ATUALMENTE?

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



**LEGALMENTE FALANDO, HOJE SÓ CONSEGUIMOS
COMBATER FAKE NEWS E GUERRILHA COM BASE
NOS CRIMES CONTRA A HONRA**



**DIFAMAÇÃO
CALÚNIA
INJÚRIA**

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



TODO ATAQUE PODE TER DESDOBRAMENTOS NAS ESFERAS CÍVEL, CRIMINAL E ELEITORAL

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS

The screenshot shows a news article from the G1 website. The header is red with white text. On the left, there are icons for 'MENU' and 'G1'. In the center, it says 'ITAPETININGA E REGIÃO' with a 'TV TEM' logo. On the right, there is a 'BUSCAR' (Search) button. The main title of the article is 'Justiça condena ex-prefeito de Itapetininga por criar 'fake news' sobre mulher de vereador'. The text below the title discusses a legal decision against Hiram Júnior (DEM) for creating fake news about a female councilor. The text is in Portuguese and is partially highlighted in blue.

Justiça condena ex-prefeito de Itapetininga por criar 'fake news' sobre mulher de vereador

Hiram Júnior (DEM) foi condenado a uma pena de quatro meses e 20 dias de detenção em regime aberto, multa e o pagamento de uma indenização de R\$ 1 mil, mas pena foi substituída por prestação de serviços à comunidade ou entidade pública. Vereador Etson Brun apresentou documentos que mostraram que as mensagens foram enviadas pelo celular e computador do ex-prefeito.

<https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2019/04/18/justica-condena-ex-prefeito-de-itapetininga-por-calunia-injuria-e-difamacao-em-processo-sobre-fake-news.ghtml>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Lucia Vânia



Remover publicação
de adversário com
fake news

Jorge Kajuru
@RealKajuru

Follow

**Campanha:
NÃO REELEJA
CANDIDATO FICHA SUJA!**


LÚCIA VÂNIA
PARTIDO: PSDB
lucia.vania@senadora.leg.br

Ação civil pública nº 183279-87.2012.8.09.0051 - TJ
É ré em ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual. Segundo a acusação, a instalação desordenada de empresas e habitações em terras sob propriedade da parlamentar e de seus


MARCONI PERILLO
PARTIDO: PSDB
marconiperillo@governador.com.br

Ação civil de improbidade administrativa nº 7063744.16.2010.8.09.0051 - TJ
É réu em ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de Goiás, que apura a ocorrência no calor da disputa das eleições

4:32 PM - 18 Jul 2018

16 Retweets 45 Likes

5 16 45

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Lucia Vânia



Remover publicação
de adversário com
fake news

Lucia Vânia alegou à justiça que Kajuru busca inculpar no público que a mesma é “fichas suja”, procurando denegrir sua imagem política e administrativa **ao lhe imputar, criminosa**mente, a condição de inelegível, com o objetivo de influenciar o eleitorado para o próximo pleito.

<http://www.nosopinando.com.br/kajuru-publica-fake-news-contra-lucia-vania-e-justica-eleitoral-manda-retirar-do-ar/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Alckmin



Multar
impulsionamento
irregular do adversário

O Tribunal Superior Eleitoral ([TSE](#)) decidiu multar o empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas [Havan](#), em 10.000 reais por ter impulsionado publicações no Facebook que promovem a campanha de [Jair Bolsonaro](#) (PSL) à Presidência da República.

<https://veja.abril.com.br/politica/tse-multa-dono-da-havan-por-pagar-anuncios-no-facebook-para-bolsonaro/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Dilma

- ✓ Remover três posts escritos e patrocinados por páginas no Facebook.

Desde agosto de 2014, a presidente afastada Dilma Rousseff conseguiu remover três posts escritos e patrocinados por páginas no Facebook. Nesses casos, a Justiça entendeu que, no período em que é proibido fazer campanha, esse tipo de publicação também não deve prosperar nas redes sociais. Para ela, o eleitor tem o direito de expressar sua opinião, mas não pode investir recursos para que ela seja disseminada. Assim, foram retirados da internet posts patrocinados com frases como "Já tirou votos da Dilma hoje?" e "O Brasil acordou, vamos de Aécio". O patrocínio aplicado à página "Sou Aécio", não oficialmente vinculada ao candidato de oposição, também foi judicialmente suspenso.

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/05/ctrlx-dilma-aecio-marina-e-as-30-acoes-para-tirar-conteudo-da-web/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.

Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Dilma



Excluir do YouTube
vídeos com teor
considerado agressivo

Dilma também conseguiu excluir do Youtube vídeos com teor considerado agressivo, como o que a classificava como "terrorista", "nojenta" e "vagabunda". Para a Justiça, esse material "abusava da liberdade de expressão".

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/05/ctrlx-dilma-aecio-marina-e-as-30-acoes-para-tirar-conteudo-da-web/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Dilma



Obrigar o YouTube a estabelecer um monitoramento capaz de detectar outras postagens com conteúdo agressivo.

Neste caso, os advogados de Dilma ainda entraram com um pedido para que o YouTube fosse obrigado a estabelecer um mecanismo de monitoramento capaz de detectar outras postagens com conteúdo semelhante. Diante desse pedido, a Justiça recuou. Considerou que este tipo de controle consistiria em censura prévia.

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/05/ctrlx-dilma-aecio-marina-e-as-30-acoes-para-tirar-conteudo-da-web/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Aécio



Suspender página
não oficial

Na segunda ação, Aécio foi mais uma vez contra o Facebook, mas de forma preventiva. Acusou a existência de um página denominada "Queremos Aécio Neves Presidente", que estaria fazendo propaganda de sua candidatura em período eleitoral indevido. Neste caso, a Justiça acolheu o pedido apresentado pelo PSDB e decidiu que a página deveria se manter "suspensa até o dia 5 de julho de 2014 e que, passado o pleito eleitoral, fosse excluída do espaço eletrônico".

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/05/ctrlx-dilma-aecio-marina-e-as-30-acoes-para-tirar-conteudo-da-web/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.

Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Aécio



Vincular ações
irregulares de terceiros
à chapa opositora

Na primeira delas, Aécio aciona o Facebook e os então candidatos Dilma Rousseff e Michel Temer. Na peça inicial, proposta pela Coligação Muda Brasil, afirma-se que a chapa PT-PMDB veiculou, no dia do segundo turno das eleições de 2014, propaganda eleitoral paga na página do Facebook chamada "Não te contaram". A ação pedia não só a remoção da postagem, mas a aplicação de multas aos dois candidatos. A Justiça considerou a ação improcedente. Concluiu que não ficou comprovada a associação da página com a campanha de Dilma e Temer e que o Facebook não poderia ser responsabilizado pelas postagens.

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/05/ctrlx-dilma-aecio-marina-e-as-30-acoes-para-tirar-conteudo-da-web/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

EXEMPLOS DECISÕES JUDICIAIS



Marina



Revelar dados de proprietário de blog difamatório e retirar canal do ar

A terceira ação, foi movida pela própria Marina contra o Google e o cidadão Ramon Mayor Martins. Na inicial, pedia-se direito de resposta ao blog intitulado Marinasilvamente, por suposta divulgação de "impropérios contra a honra" da então candidata. Dizia-se que "o blog havia sido constituído exclusivamente para disseminar ilícitos". A Justiça foi favorável à Marina. O blog foi retirado do ar, e o Google obrigado a apresentar dados dos responsáveis pela página.

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/05/ctrlx-dilma-aecio-marina-e-as-30-acoes-para-tirar-conteudo-da-web/>

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

COMBATE JURÍDICO

3.1 *Crimes em ambientes virtuais*

3.2 *Procedimentos para defesa*

3.3 *Brechas na legislação e como mudar isso*

COMO AGIR EM CASOS DE
ATAQUES?



#1

PARA IDENTIFICAR O USUÁRIO

- ❖ Identidade (nome, CPF)
- ❖ Dados de contato
- ❖ Endereço de IP
- ❖ Horários e dias de acesso
- ❖ Outros perfis e páginas que gerencia



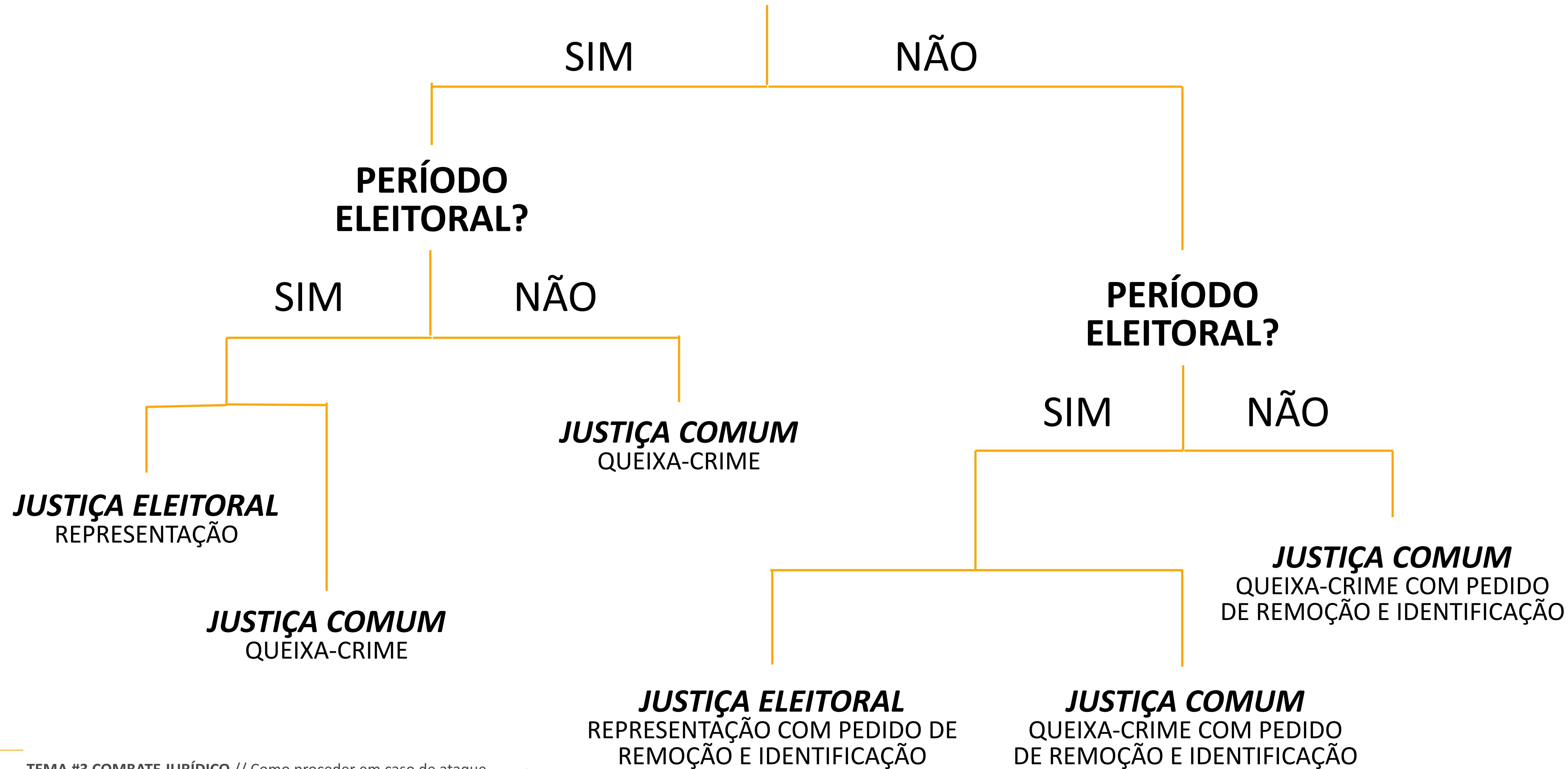
#2

PARA COMPROVAR O FEITO

- ❖ Ata notarial em cartório
- ❖ Prints
- ❖ Endereços web (URLs)
- ❖ Data das publicações



IDENTIFICOU?



REMOÇÃO DO CONTEÚDO



Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

COMBATE JURÍDICO

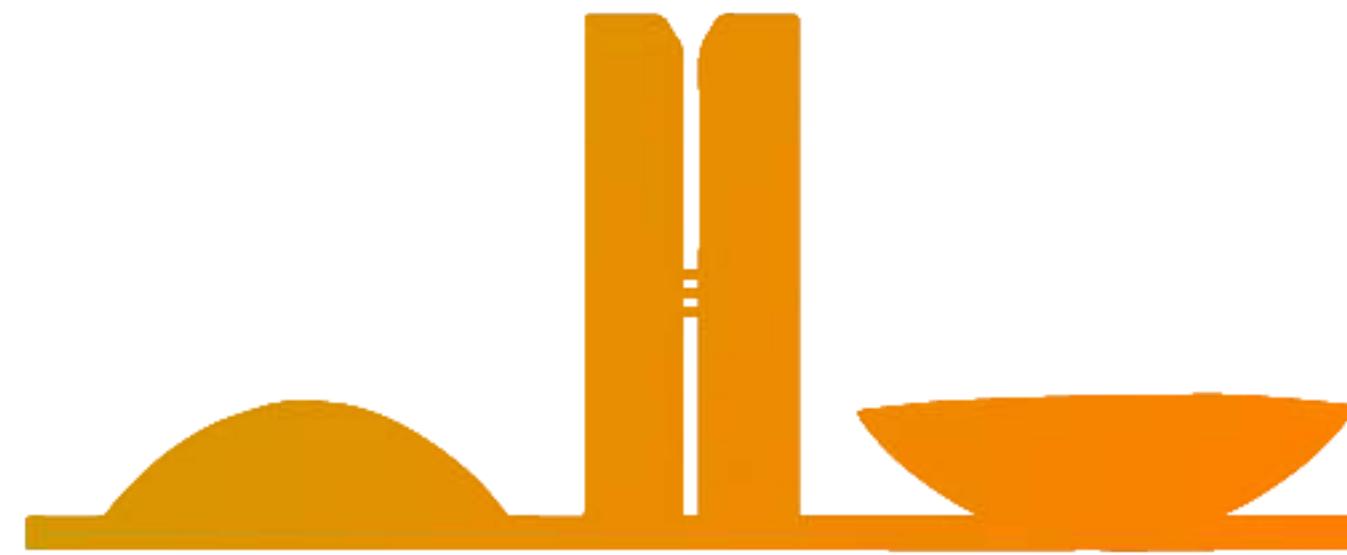
3.1 *Crimes em ambientes virtuais*

3.2 *Procedimentos para defesa*

3.3 *Brechas na legislação e como mudar isso*

O QUE DEVERIA MUDAR EM
NOSSA LEGISLAÇÃO?





ALGUNS ENTRAVES EM NOSSA LEGISLAÇÃO DIFICULTAM O COMBATE JURÍDICO À FAKE NEWS

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



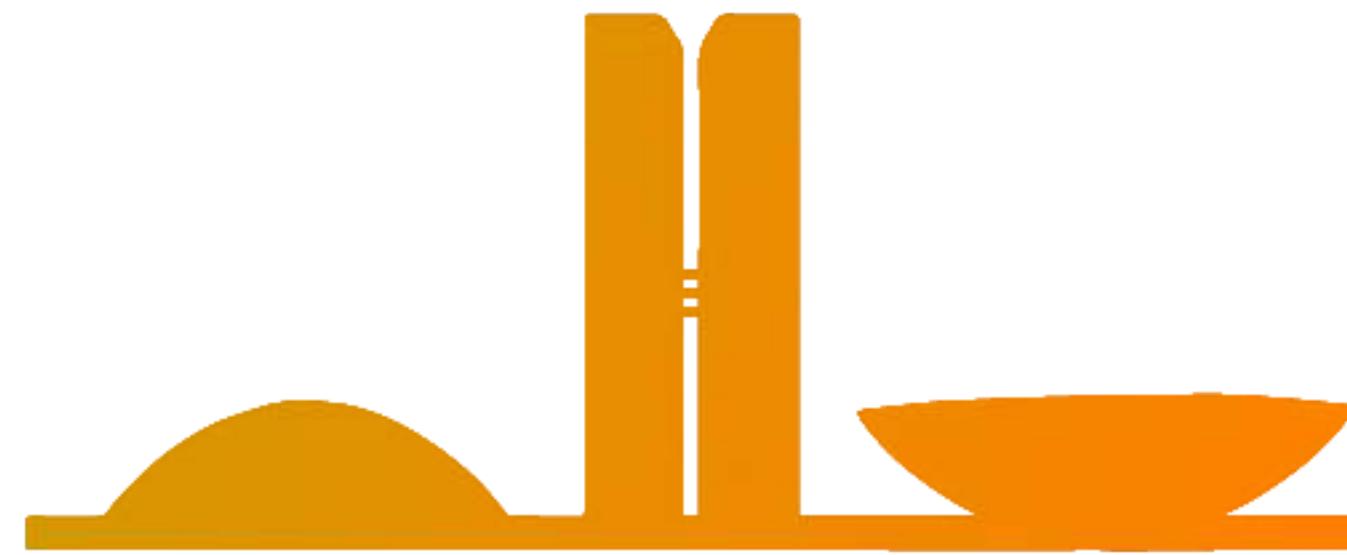
NÃO HÁ NO ORDENAMENTO
JURÍDICO A DEFINIÇÃO DE
TERRITORIALIDADE DE CRIMES
COMETIDOS EM AMBIENTE VIRTUAL

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



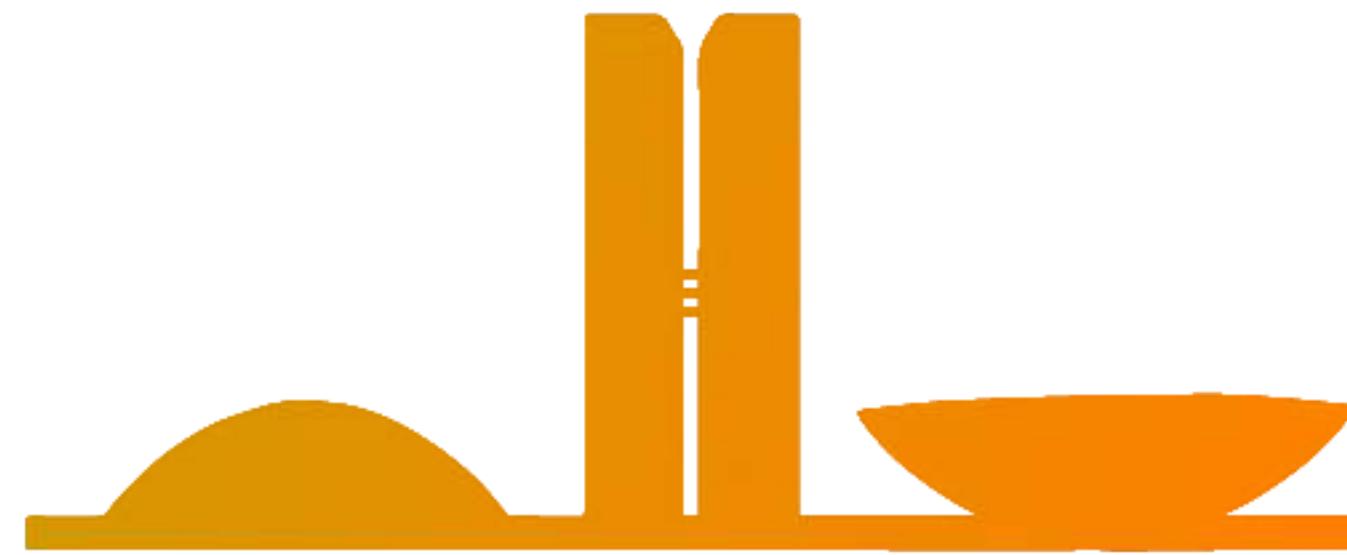
NÃO HÁ A DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA CRIMES COMETIDOS EM AMBIENTE VIRTUAL

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



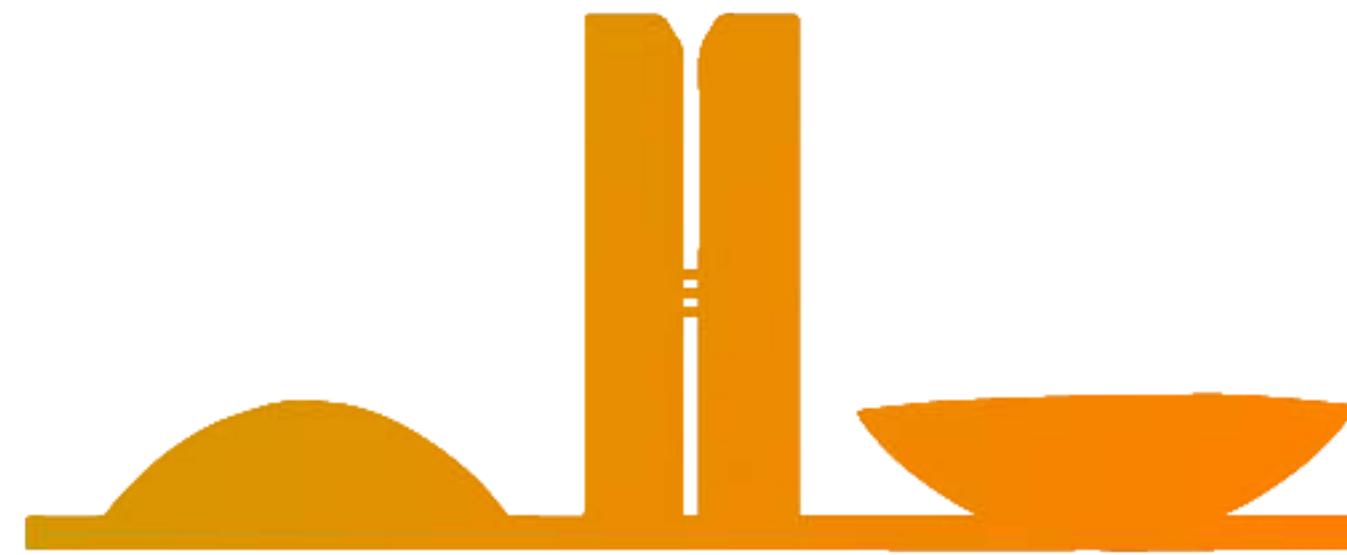
O MARCO CIVIL PERMITE O ANONIMATO DO USUÁRIO DA INTERNET

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



O MARCO CIVIL ISENTA FERRAMENTAS DA **RESPONSABILIDADE** SOBRE CONTEÚDOS PUBLICADOS

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



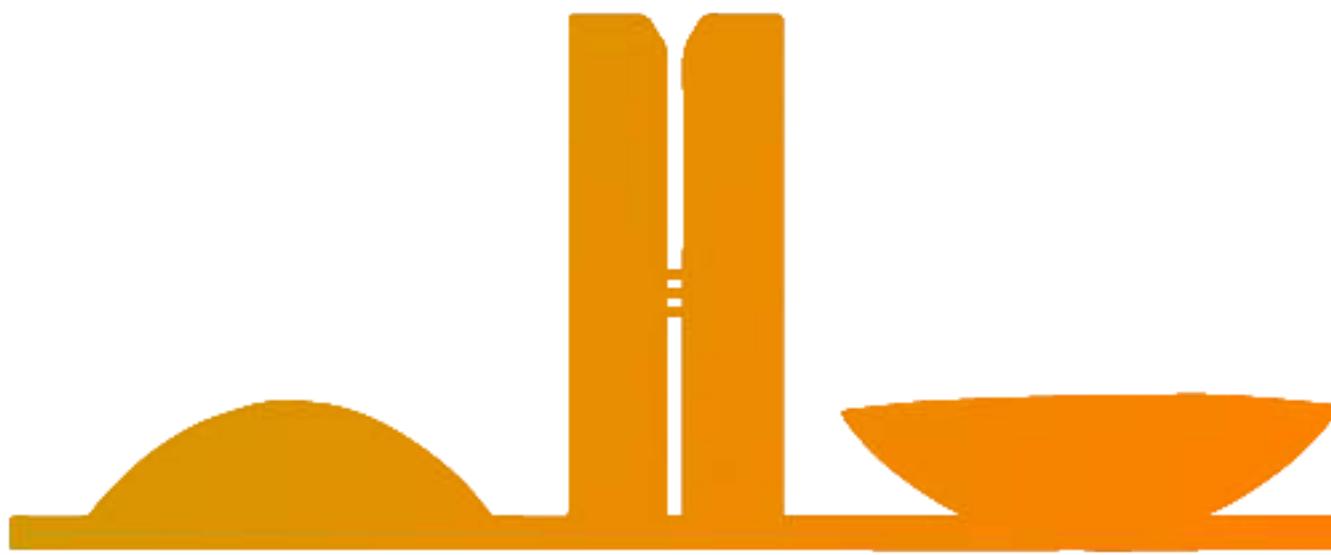
O MARCO CIVIL DIFICULTA A RETIRADA OU SUSPENSÃO DE CONTEÚDOS, MESMO QUE ANÔNIMOS

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



NÃO EXISTEM REGRAS DEFINIDAS QUE REGULEM O MERCADO DAS **EMPRESAS DE BIG DATA E** **“ENVIADORES” DE MENSAGENS**

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.



NÃO EXISTE O “DIREITO À ATUALIZAÇÃO”

Este conteúdo faz parte do conjunto de materiais didáticos do prof. Marcelo Vitorino.
Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

PARA REGISTRAR



- ✓ Todo ataque pode ter desdobramentos nas esferas cível, criminal e eleitoral (quando no período eleitoral).
- ✓ A militância também é importante para coleta de provas. Crie canais para o envio de denúncias. Oriente o trabalho.
- ✓ Falta ao judiciário eleitoral especialistas em crimes eleitorais. Seja detalhista no seu pedido.
- ✓ Contrate advogados que entendam o contexto digital.